

DE HERÓDOTO AO GRAVADOR: HISTÓRIAS DA HISTÓRIA ORAL*

Diana Gonçalves Vidal

(Mestrado de História — UNICAMP)

Percorrendo vários textos sobre história oral, percebi que grande parte dos autores se dispõe a refletir sobre as origens do método. Não raro um retorno à Grécia Antiga apresenta Heródoto como o pai da história oral¹. Estabelecendo sua paternidade, os historiadores asseguram-lhe um lugar no âmbito da ciência. Tal recuo no tempo denota a tentativa de legitimar o método, relacionando-o às raízes do pensamento histórico².

No entanto, colocar a história oral como mera continuidade de Heródoto seria afirmar que a difusão deste método, contemporaneamente, deveu-se aos progressos tecnológicos que lhe possibilitaram sair da zona de obscurantismo em que fora colocado pelo crescimento do prestígio do documento escrito. Portanto, os avanços da técnica de fixar e reproduzir sons e imagens teriam lançado a luz sobre os procedimentos metodológicos do passado.

Talvez melhor fosse tentar compreender a história oral como um método do presente, não diretamente tributário de um passado clássico. Para tanto, temos algumas pistas. A guerra emudeceu os homens, tornou-os pobres em experiências comunicáveis, marcou o início do triunfo da informação sobre a troca de experiências³. A ruptura com o passado fez-se sentir na importância delegada à informação. Narrar é reiterar o vivido, o compartilhado. Informar-se é manter-se em nível do imediato, do descartável. Para Le

* Aqui faço referência ao texto de D. Aron-Schnapper e D. Hanet, "D'Hérodote au magnétophone: sources orales e archives orales".

1. Entre alguns desses autores que reconhecem a história oral como uma continuidade histórica de Heródoto, encontramos:

D. Aron-Schnapper et D. Hanet, "D'Hérodote au magnétophone: sources orales e archives orales", in: *Annales*, 35e. année, jan/fe. 1980.

D. Henige, *Oral historiography*, Lagos, Longman, 1985.

T. Sitton et alli, *Oral history: a guide for teachers (and others)*, Austin, Univ. Texas Press, 1986.

2. "The discovery of 'oral history' by historians which is now under way is, then, unlikely to be obscured. And it is not only a discovery but a recovery. It gives history a future no longer tied to the cultural significance of the paper document. It also gives back to historians the oldest skill of their own craft". (P. Thompson, *The voice of the past*, London, Univ. Oxford Press, 1978, p. 64).

3. W. Benjamin, "O narrador", *col. Os pensadores*, S.P. Abril, 1983, p. 57.

Goff, a Segunda Guerra Mundial trouxe novos desafios à História, que seriam a ênfase no particular e a busca de uma identidade individual e coletiva pelos povos⁴. A universalidade do saber desfez-se frente à fragmentação imposta pela guerra. O interesse voltou-se à história do particular, do pequeno, do cotidiano.

Experiência-documento, história-particular: dois elementos que constituem o cerne da história oral. E é após a Segunda Grande Guerra que o uso da tradição oral como evidência histórica adquire novo impulso, rumo à formação de um campo específico de saber⁵.

Mas há também um outro percurso que podemos traçar para compreender o porquê da utilização da história oral em nossos dias. Um percurso que está ligado ao desenvolvimento da técnica, mas que não se pauta pelos imperativos do progresso tecnológico e sim pelas atitudes que o influenciaram ou foram por ele influenciadas. O cinema, a técnica de produzir imagens, de criar a ilusão de movimento, de ação, nos pôs em contato com uma percepção diferenciada de mundo⁶. Este mundo da modernidade, pleno de movimento, teria provocado um repensar na prática da história. Repensar que participa também da história romance, que, além dos fatos, tenta recriar imagens do acontecido; e da história oral, que imprime ação ao documento pelo ritmo da fala e da pausa, da incerteza e da segurança no tom da voz, pelo meneio dos gestos e olhares, captados em vídeo. A história oral responde a esse apelo feito por nossa sociedade de imagens e movimentos.

E, aqui, o cuidado é imprescindível, pois a história pode tender a se afirmar enquanto imagem, enquanto voz dos depoentes, negando a participação do historiador. É neste pressuposto que repousa a suposta "democracia" da história oral. O fato de permitir abordar conteúdos que foram alijados da história pela oficialidade, através da inserção de visões múltiplas dos acontecimentos passados, oferecidas pelos que não têm sua voz assegurada no campo do oficial, levou autores a acreditarem ser a história oral uma história democrática⁷. No entanto, essa noção de democracia falseia o processo mesmo da constituição da fonte oral. Coloca os historiadores atrás do cenário, fazendo-nos ver apenas as marionetes e não quem lhes puxa os cordões⁸. Refletir sobre a constituição do documento oral e sobre o sujeito (ou sujeitos) da fonte oral é o que me disponho a realizar nesse artigo.

O pesquisador, ao participar da feitura do documento oral, questiona a pretensa objetividade da relação historiador/fonte. Entretanto, esse questionamento pode ser obliterado pelo pretexto de dar-se voz aos relegados pela história. Ao predispor-se a deixar falar o "oprimido", o pesquisador assume, novamente, a postura de neutralidade; torna-se o instrumento através do qual as falas irão emergir⁹. Este ato de recuperação dos "vencidos" opera um duplo deslocamento do discurso historiográfico.

O primeiro se dá quando, concebendo-se como mero instrumento, o historiador nos faz crer que estamos diante do discurso de uma classe ou grupo, omitindo a sua participação mesma na construção desse discurso, pelo encaminhamento das questões, pela organização da entrevista, pela sua postura frente ao entrevistado¹⁰; ou seja, por todo um campo de referência oferecido ao depoente pelo entrevistador, onde estão definidas, ou pelo menos apontadas, as margens, os limites fora dos quais a fala torna-se desinteressante.

E mais, o discurso que nos é apresentado como pertencente a tal e qual depoente foi, de fato, apropriado pelo historiador. É o historiador que determina o que entra ou não no seu texto, na sua reelaboração da fala recolhida. É o historiador que infere, recorta, conclui¹¹. E, ao realizar tais operações, não está só, mas municiado pelas determinações do lugar onde opera. Ou seja, o discurso do historiador pauta-se pelas diretrizes impostas por seus pares¹².

O segundo deslocamento acontece quando, ao eleger certos depoimentos como expressões de uma classe, tende a homogeneizar-lhe as falas. O múltiplo perde-se na elaboração científica. As arestas são polidas de maneira a tornar viável o encaixe dos discursos.



4. J. Le Goff, "História", in: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984, pp. 240-241.
5. That Sitton situa os anos 50 como o momento de maior estímulo ao uso da tradição oral como evidência histórica, principalmente pelo desenvolvimento do telefone e do gravador. (T. Sitton, *op. cit.*, p. 5). Outros autores marcam os anos 60 para este impulso. Ver: D. Henige, *op. cit.*, pp. 21 e 23; e D. Aron-Schnapper, *op. cit.*, p. 183.
6. W. Benjamin, "A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução" *Col. Os pensadores*, S.P., Abril, 1983, p. 8.
7. "History survives as a social activity only because it has a meaning for people today. (...) And I myself believe that the richest possibilities for oral history lie within the development of a more socially conscious and democratic history". (P. Thompson *op. cit.*, p. X).
Ver crítica de Guita Debert: "... seria ingênuo supor, como faz P. Thompson, que a história oral (...) é um método inerentemente democrático, porque provê um ponto de vista alternativo, o ponto de vista dos dominados e desprivilegiados". (G. Debert, "Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral", in: R. Cardoso, *A aventura antropológica*, R. J., Paz e Terra, 1986, p. 151.)
8. Sobre o tema história oral e ventriloquismo ver:
P. Miceli, "De ventriloquos a historiadores: de quem é a palavra?", in: D. Vidal et alli. *O trabalho das mãos e a arte da sobrevivência*, Campinas, Edunicamp, 1987, passim.
A. Portelli, "The peculiarities of oral history", in: *History Workshop*, n. 12, set/ 1981, p. 105.
9. "... a letter is rarelyt written to recipient who is attempting to be neutral like an interviewer", (P. Thompson, *op. cit.*, p. 94).
10. A maioria dos guias de história oral prescrevem diversas normas de conduta que o entrevistador deve manter frente o entrevistado. Ver:
T. Sitton, *op. cit.*; D. Henige, *op. cit.*; A. Camargo, "História oral e história", R. J., UFF, 1976, mimeo;
A. Camargo e M. Nunes, "Como fazer uma entrevista?" mimeo.
11. K. Rogers, "Memory, struggle, and power: on interviewing political activists", *Oral History Review*, fall/1987, p. 168-169.
12. M. Certeau, "A operação histórica", in: I. Le Goff e P. Nora, *História: novos problemas*, R. J., Francisco Alves, 1979.



Desta maneira, o historiador, ocultando o local onde foi produzida a fala, despolitiza-a; atribui a outrem a enunciação de um discurso que é seu, e que foi elaborado visando a aprovação por seus pares.

O documento oral, o testemunho, forma-se no momento da entrevista, no diálogo estabelecido entre o entrevistado e o entrevistador. Portanto, é o produto da interação destes dois sujeitos que emerge como conteúdo a ser, posteriormente, analisado pelo historiador. Essa interação ocorre impondo-se ao discurso do depoente diversas interferências. A primeira, e mais visível destas, é o uso do gravador¹³. E, para minimizá-la, vários artificios são indicados por historiadores experientes, que acreditam poder transformar o gravador em apenas um instrumento de trabalho. Frequentemente, aconselha-se a colocação do gravador fora do alcance do olhar do entrevistado, de forma a fazê-lo esquecer-se do seu uso. O mero fato de saber-se gravado, entretanto, propicia o surgimento de uma fala diferenciada da cotidiana. O depoimento não irá se perder, mas estará fixado em fita cassete. Portanto, importa falar bem, pois está-se imortalizando pelo discurso¹⁴. A idéia de que aos poucos o depoente vai-se acostumando ao gravador e passa a esquecê-lo¹⁵ não leva em consideração que a fala foi elaborada a partir daquele índice e, assim, traz em si sua marca.

Uma segunda interferência é a presença mesma do entrevistador. O interlocutor define o que deve ser dito e o que deve ser omitido, para o entrevistado. E o define não de maneira explícita, mas implícita¹⁶. As mensagens de reforço emitidas pelo entrevistador, mesmo quando se atêm a um mero aceno de cabeça, ou a um "hum! hum!" descuidado, são indicadores para a extensão de um assunto que seria apenas sugerido, ou exclusão de uma longa narrativa que ficou simplesmente mencionada. O interesse demonstrado pelo pesquisador serve de guia ao depoimento. Manifesto o desejo de imortalização do historiante através de sua fala; alongar um assunto "não pertinente" seria possibilitar o rompimento da entrevista antes que a mensagem fosse concluída (porque há a intenção de legar uma mensagem, que significa a própria valorização da fala). Existe, assim, uma cumplicidade entre esses dois sujeitos. Cumplicidade que nega a pretensão de neutralidade do pesquisador.

E é essa intervenção na constituição mesma da fonte que configura a maior barreira interposta pelos historiadores ao documento oral. A objetividade no tratamento das fontes é aqui contundentemente questionada. A distância sujeito/objeto de trabalho é reduzida, e muitas vezes dilui-se numa identificação com o depoente. Não que essa identificação seja impossível no trato com documentos escritos. Muito ao contrário, há historiadores que visivelmente apaixonam-se por suas personagens. Porém fica mais explícita na história oral, porque, nessa, o testemunho do historiador também está presente.

Todo documento é histórico e, portanto, elaborado em um dado momento, em um dado local, sob dadas circunstâncias, respondendo a exigências de natureza individual: autojustificativa de atos cometidos, omissão de ações perigosas ou comprometedoras, engrandecimento de pequenos fatos; e de natureza social: reforço a corpos de mitos e de atitudes que remetem a valores normativos do grupo, repúdio deliberado a esse corpo simbólico, reprodução inconsciente de práticas e crenças assimiladas ao grupo. O documento é uma apropriação individual deste imaginário coletivo¹⁷. É reelaboração do vivido. E, como reelaboração, passa não só pelo crivo das críticas feitas aos acontecimentos pela sociedade¹⁸, mesclando memória individual e oficial; como também por um repensar da própria ação, por uma reconsideração de suas atitudes, a partir de um ponto de vista diferenciado no tempo¹⁹. Apesar de nem o documento escrito, nem o documento oral serem produzidos no momento em que os fatos ocorrem — aqui podemos pensar no caso de cartas, diários... — é somente para a história oral que a questão da memória se coloca.

A discussão acerca da memória, assim, traz no seu bojo uma disputa pela instituição do documento verdadeiro; aquele capaz de permitir a apreensão da história mais próxima do real²⁰. Quem melhor pode contar o acontecido: um escritor seu contemporâneo ou um rememorador?

13. Tal interferência é tão relevante que T. Sitton chega a definir história oral como um trílogo — entrevistador, entrevistado e gravador (T. Sitton, *op. cit.*, p. 94). Outros historiadores que também se preocupam com o uso do gravador: D. Henige, *op. cit.*; A. Camargo e M. Nunes, *op. cit.*; P. Thompson, *op. cit.*; P. Joutard, "Un projet regional de recherche sur les ethnotextes", in: *Annales*, jan/fev/1980.

14. Essa vontade de imortalizar a fala foi sentida por Henige (*op. cit.*, p. 62) e pode ser apreciada na análise do depoimento de Zilda Santana: "... eu gostaria que a humanidade entendesse..." (entrevista realizada com Zilda Santana, em Jacareí, a 10 de dezembro de 1984).

15. T. Sitton, *op. cit.*, pp. 69-74.

16. L. Kandel, "Reflexões sobre o uso das entrevistas, especialmente a não-diretiva, e sobre as pesquisas de opinião", in: M. Thiollent, *Crítica metodológica, investigação social, enquete operária*, Col Teoria e História, n. 6, S. P., Polis, 1985, p. 177.

17. "A análise dos discursos dos atores não implica a adoção do equivocado pressuposto segundo o qual os atores seriam os próprios produtores dos seus discursos. (...) A ingenuidade existe, por exemplo, quando um pesquisador fica ao nível da captação do conteúdo do que é enunciado pelo locutor sem considerar que o ato da enunciação dentro do contexto social pode produzir efeitos de significados muito diferentes do sentido lingüístico convencional". (M. Thiollent, "Opinião pública e debates políticos subsídios metodológicos"), *Col. Teoria e História*, n. 12, S.P., Polis, 1986, p. 45.)

"... o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique". (M. Chauí, "Os trabalhos da memória", in: E. Bosi, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, S.P., Taqueirós, 1979, p. XXX.)

18. L. Passerini, "Work ideology and consensus under italian fascism", in: *History Workshop*, n. 8, 1979, *passim*.

19. Vale aqui introduzir o alerta de Alessandro Portelli: "But what is written is first experienced or seen, and is subject to distortions even before it is set down on paper". (A. Portelli, *op. cit.*, p. 101.)

20. Para uma melhor compreensão deste embate entre oralidade e escrita, ver a narrativa do julgamento de Antonio Negri. (A. Portelli, "Oral testimony; the law and the making of history: the april 7 murder trial", in: *History Workshop*, n. 20, 1985.)

Uma discussão estéril. Tanto os documentos escritos como os orais são “monumentos”, são documentos históricos, criados por determinações objetivas e subjetivas que nos fogem à detecção. O importante, portanto, é usá-los como documentos históricos, ou seja, como documentos produzidos historicamente, no que eles nos podem oferecer de subsídios à compreensão do passado e do que este passado se tornou no presente. Afinal, é com os olhos do presente que vemos o passado, são as indagações do hoje que rastreiam o ontem em busca de respostas²¹.

Quer nos utilizemos dos documentos escritos ou dos documentos orais, não nos é possível recuperar o vivido. A fábula nos escapa, deixando-nos apenas a trama²².

Mas, se é aceito entre os historiadores que o vivido é irrecuperável, que a história opera sempre em nível de reconstrução e que esta reconstrução nunca é perfeita²³; há, por parte de alguns historiadores orais, a ilusão de que o “documento oral, sem ser o vivido, sendo uma reconstrução do vivido é, no entanto, mais próximo do vivido”²⁴. E está nesta posição porque foi revelado pelo ator. O sujeito da ação desvenda-a perante o pesquisador e o faz vivamente; daí a assunção desta vivificação do acontecer histórico.

Como o liame passado/presente estabelece-se a partir de depoentes e não de documentos (matéria inerte), pensa-se poder tocar o ontem. Essa fascinação que a história oral pode exercer sobre alguns historiadores repousa numa não distinção entre o estatuto epistemológico da história fabricada e da vivida. Tanto o historiador, quanto o rememorador fazem história²⁵. Portanto, “a história oral deve necessariamente ter em conta o trabalho incessante da memória, que opera uma triagem no passado em função do presente...”²⁶. E deve, também, considerar que “a prática histórica não se preocupa em reviver o passado..., mas em apresentá-lo em um discurso que seja inteligível”²⁷.

As observações que ora faço à história oral pretendem fixar-lhe limites, minimizando as falas que lhe imprestam um conteúdo de extraordinário, revolucionário ou democrático. E demonstrar que ela — seja o que for — é um registro da humanidade. Nem melhor, nem mais importante do que uma antiqüíssima lasca de sílex; nem mais democrática do que uma carta ou uma obra de arte. Sua importância (ou sentido mesmo) está no que o historiador faz com ela.

21. E. Hobsbawm, “The social function of the past: some questions”, in: *Past and Present*, n. 55, 1972, p. 11.

22. “Eles /os formalistas russos/ distinguem, de fato, a fábula e a trama de uma narrativa: a fábula é o que se passou na vida, a trama, a maneira como o autor no-la apresenta”. (T. Todorov, *As estruturas narrativas*, S.P., Perspectiva, 1969, p. 97.)

23. “Em resumo, parece que na história só existe um único geometral autêntico: é a História, a história no seu todo, a totalidade de tudo que se passa. Mas esse geometral não é para nós; somente Deus, se é que ele existe, vê uma pirâmide sob todos os seus ângulos ao mesmo tempo, pode contemplar a História ‘como uma mesma cidade vista de diferentes lados’ (assim se exprime a Monadologia)”. P. Queyne, *Como se escreve a história*, Brasília, UnB, 1982, p. 31.)

24. V. Lima (coord.), *Getúlio: uma história oral*, R.J., CPCOC, Record, 1986, p. 6.

25. “Tal como o passado não é a história, mas seu objeto, também a memória não é a história mas um de seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica”. (J. Le Goff, *op. cit.*, p. 180.)

26. F. Raphael, *op. cit.*, p. 135.

Ver também: M. Gillet, “Patrimoine industriel e patrimoine ethnologique: l’aire culturelle septentrional (nord de la France-Belgique)”, in: *Annales*, jan/fev/1980, p. 172.

27. D. Aron-Schnapper, *op. cit.*, p. 195.